



ACÓRDÃO Nº 491/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1861/2012**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manaus - CMM.
- 4- **Exercício:** 2011.
- 5- **Responsável:** Sr. Isaac Tayah, Ordenador de Despesa à época
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA, DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1209/2018-DMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mário Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manaus - CMM. Exercício de 2011.

*Regularidade com Ressalvas. Quitação.
Recomendações. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais da Câmara Municipal de Manaus – CMM, exercício de 2011, sob a responsabilidade do **Sr. Isaac Tayah**, Presidente da CMM à época, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2 – Dar quitação ao **Sr. Isaac Tayah**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2.423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

10.3 – Recomendar à Câmara Municipal de Manaus - CMM que:

10.3.1- Adote um sistema de controle interno para fins de gastos com combustíveis e lubrificantes;

10.3.2- Implante mecanismos de controle que evidenciem a relação entre o gasto e a atividade parlamentar;

10.3.3- Adote mecanismos de detalhamento dos gastos via CEAP, a fim de dar maior transparência quanto a essas despesas;

10.3.4- Cumpra a rigor os dispositivos da Lei 8.666/93 e demais normas e legislação pertinentes quando da elaboração dos documentos que compõem os processos administrativos, notadamente os relativos a obras e serviços de engenharia;

10.4 – Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas nos artigos 161 e 162 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Julho de 2018.



ACÓRDÃO Nº 491/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Julio Cabral (Presidente em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, e Mário Manoel Coelho de Mello.
13.1- Declaração de Impedimento: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Filho (art 65. do Regimento Interno)
14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JULIO CABRAL
Conselheiro-Presidente em sessão
MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator
JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral